

Repasse do Estado para o ABC cresce quase R\$ 1 bilhão em quatro anos

George Garcia

Em quatro anos os repasses do Estado para as cidades do ABC cresceram 43% e mesmo com a inflação e a pandemia os números mostram a recuperação econômica da região, já que maior parte desses repasses são do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) tributo que é diretamente ligado à atividade econômica. Duas cidades se destacam no estudo feito com base nos números da Secretaria da Fazenda e Planejamento paulista, são elas Mauá e Ribeirão Pires, que tiveram um incremento de 54,2% e 51,6%, respectivamente. O incremento dos repasses estaduais desde 2018 foi de R\$ 995.460.230,99.

De acordo com o site da Fazenda paulista os repasses são compostos em sua maioria pelas parcelas dos tributos estaduais que retornam para os municípios como o ICMS, o IPVA (Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores), pelo IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e ainda uma compensação financeira sobre exploração de gás e óleo bruto.

Os repasses que totalizaram R\$ 2.312.163.896,68 no ano de 2018 nas sete cidades, chegaram ao montante de R\$ 3.307.624.127,67 em 2022, mas para chegar a essa alta de 43%, os pagamentos para os municípios passaram por um momento de queda, que coincide com a retração econômica, a inflação e o primeiro e mais duro ano da pandemia. Se comparado o total de repasses de 2019 – o último ano inteiro sem a pandemia – com 2020, o ano de restrições econômicas, e crise sanitária mais grave, a queda foi de R\$ 1.388.342,05. A resposta veio imediatamente se considerado o ano de 2021 no comparativo com o ano anterior, uma alta de mais de meio bilhão de reais. Essa curva ascendente se consolidou no ano passado com quase trezentos milhões a mais de repasses.

Repasse do Estado para a região						
Município	2018	2019	2020	2021	2022	Varição 2018/2022
Santo André	R\$ 460.557.546,77	R\$ 502.814.418,99	R\$ 503.254.648,22	R\$ 601.736.219,20	R\$ 672.615.717,53	46%
São Bernardo	R\$ 857.234.717,24	R\$ 892.503.840,07	R\$ 894.685.361,88	R\$ 1.111.969.465,31	R\$ 1.222.277.348,77	42,5%
São Caetano	R\$ 326.556.825,32	R\$ 360.188.320,27	R\$ 352.153.657,55	R\$ 405.017.605,31	R\$ 417.640.012,50	27,9%
Diadema	R\$ 283.180.116,21	R\$ 298.738.520,27	R\$ 296.969.114,78	R\$ 369.659.116,23	R\$ 406.792.289,72	43,6%
Mauá	R\$ 306.271.299,43	R\$ 335.477.717,19	R\$ 341.704.456,71	R\$ 435.043.271,46	R\$ 472.427.529,24	54,2%
Ribeirão Pires	R\$ 64.520.830,20	R\$ 67.345.195,87	R\$ 67.530.524,47	R\$ 85.043.245,37	R\$ 97.779.265,81	51,6%
Rio Grande	R\$ 13.842.561,51	R\$ 14.109.598,01	R\$ 13.491.504,91	R\$ 16.087.661,00	R\$ 18.091.964,10	30,7%
Total	R\$ 2.312.163.896,68	R\$ 2.471.177.610,67	R\$ 2.469.789.268,52	R\$ 3.024.556.574	R\$ 3.307.624.127,67	43%

Fonte: Governo do Estado de São Paulo

Para Volney Gouveia, professor de economia da USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul) os números de repasses refletem exatamente o período de crise econômica causada pela pandemia. “Na minha leitura o números apontam exatamente para a recuperação econômica após a pandemia. Entre 2018 e 2019 vemos um crescimento, mas de forma apenas vegetativa, ou seja, não um crescimento real, mas um crescimento que acompanhou o crescimento da população. Também tivemos uma inflação menor em 2019 e esses números estão lá corrigidos. Com a chegada da pandemia em 2020, ela neutralizou esse crescimento vegetativo e ainda reduziu a economia. O contrário aconteceu comparando 2021 com 2022; com o crescimento normal de volta mais a inflação do período, isso explica o forte crescimento”, analisa.

Sobre o desempenho maior na participação dos repasses estaduais de Ribeirão Pires e Mauá, Gouveia diz a melhora da atividade econômica nestas cidades podem explicar os números. “Podemos dizer que essas cidades tiveram uma performance melhor quanto ao desempenho econômico, provavelmente com abertura de mais empresas e geração de mais empregos”.

Consistência

O gráfico dos repasses estaduais para as cidades do ABC devem seguir com o gráfico apontando para cima, na opinião do economista da USCS. “A aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) da Transição e a garantia pelo Governo Federal de mais R\$ 145 bilhões em investimentos, somados ao reajuste do salário mínimo que vai aumentar a massa salarial e a garantia dos benefícios através do Bolsa Família, são medidas que eu vejo que trarão um efeito muito importante na recuperação econômica. Esses recursos vão virar consumo das famílias o que refletirá nos tributos e repasses. A região tem uma capacidade econômica instalada que está subutilizada e que, com a alta do consumo, volta a ser ocupada e a gente pode ver os repasses subirem mais que a inflação”, prevê o professor que estima esse impacto já no primeiro semestre deste ano.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3210214/repasso-do-estado-para-o-abc-crece-quase-r-1-bilhao-em-quatros-anos/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Economia